



MINCE
Modelo para a Educação
Comunitária Inclusiva



lebenshilfe
Wege für Menschen

<http://www.lebenshilfen-sd.at>



<http://www.bapid.com>



<http://www.zeb.stephansstift.de>



<http://www.malidom.hr>



<http://www.lodz.san.edu.pl>

SPÓŁECZNA AKADEMIA NAUK
ŁÓDŹ



<http://www.fenacerci.pt/web>



<http://www.cudvrna.si>



O apoio da Comissão Europeia a produção desta publicação não constitui aval do respetivo conteúdo, o qual reflete apenas e só as ideias dos autores. A Comissão não poderá ser responsabilizada por qualquer uso, devido ou indevido, que possa ser feito das informações nela contidas.



MINCE – Modelo para a Educação Comunitária Inclusiva

2015-1-AT01-KA204-005098

Duração: novembro 2015 – outubro 2017

<http://www.mince-project.eu>

Índice

Índice	4
Prefácio.....	6
1. As Orientações MINCE para Organizações que Prestam Serviços a Pessoas com Deficiência	7
1.1. Quais são as principais questões das Orientações MINCE?	7
1.2. Quem são os grupos-alvo das Orientações MINCE?	8
1.3. Quem são as pessoas com deficiência intelectual severa?	8
1.4. Qual foi o processo de desenvolvimento das Orientações MINCE?	11
2. Quadro Jurídico para a Inclusão Social das Pessoas com Deficiência Intelectual Severa	14
3. Critérios de Inclusão Social	19
4. Critérios de Inclusão Social e de Educação Comunitária.....	24
4.1. Sensibilização – Influenciar Atitudes na Comunidade	23
4.2. Acessibilidade e Oportunidades de Aprendizagem Conexas	29
5. Medidas e Contribuição das Organizações que Prestam Serviços a Pessoas com Deficiência	36
5.1. O Papel e a Função das Organizações que Prestam Serviços a Pessoas com Deficiência na Comunidade	37
5.2. Networking Comunitário pelas Organizações que Prestam Serviços a Pessoas com Deficiência	40
5.3. Participação das Organizações que Prestam Serviços a Pessoas com Deficiência, no Desenvolvimento Distrital e Regional	44
6. Medidas Relacionadas com Questões Pessoais ou Individuais	52
6.1. Medidas Centradas na Pessoa/Apoio da Relação com Outros Membros da Comunidade	51



6.2. Ações de Formação Profissional para Profissionais da Área e Pessoas de Apoio	58
6.3. Mediação de Pares: As Pessoas com Deficiência Ligeira como Pares	61
7. Resumo	65
Referências.....	67

Prefácio



As Orientações MINCE para organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência foram desenvolvidas como parte do projeto MINCE – Modelo para a Educação Comunitária Inclusiva. O projeto recebeu financiamento da Comissão Europeia, no quadro do programa ERASMUS+, de novembro de 2015 a outubro de 2017. O projeto foi liderado pela Lebenshilfen Soziale Dienste GmbH (Áustria) e executado em conjunto com seis parceiros, todos eles organizações não-governamentais europeias: BAPID – uma associação búlgara para pessoas com deficiência intelectual; Stephansstift Zentrum für Erwachsenenbildung gem. GmbH, um centro alemão para a educação de adultos; MALIDOM Zagreb – Dnevni centar za rehabilitaciju djece i mladeži, um centro croata para a reabilitação de crianças e jovens adultos; Społeczna Akademia Nauk, uma academia polaca das ciências sociais; FENACERCI – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, a federação portuguesa que representa as cooperativas de solidariedade social e as suas associadas que prestam serviços a pessoas com deficiência intelectual e multideficiência a nível nacional; CUDV – Center za usposabljanje delo in varstvo Črna na Koroškem, um centro esloveno para a qualificação do trabalho, trabalho e assistência social. O objetivo principal do projeto é aumentar a inclusão social de pessoas com deficiência intelectual severa. As atividades relacionadas com o projeto centraram-se no desenvolvimento de diversos tipos de

materiais (currículos, orientações e um compêndio), a fim de criar a estrutura básica dum modelo para a educação comunitária inclusiva. Os materiais dirigem-se a diferentes grupos-alvo: pessoas com deficiência (deficiência intelectual ligeira e severa), trabalhadores da área de prestação de serviços a pessoas com deficiência e organizações dedicadas à prestação de serviços a pessoas com deficiência.

1. As Orientações MINCE para Organizações que Prestam Serviços a Pessoas com Deficiência

As orientações MINCE para organizações responsáveis pela prestação de serviços a pessoas com deficiência têm como objetivo facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência intelectual severa. Por um lado, as Orientações apoiam a avaliação e o ajustamento dos serviços existentes em termos da sua compatibilidade com a ideia de inclusão social de pessoas com deficiência intelectual severa. Por outro lado, as Orientações irão descrever estratégias destinadas a organizações que prestam cuidados a pessoas com deficiência, a fim de que aquelas possam expandir as respetivas responsabilidades em termos da Educação Comunitária Inclusiva.

1.1. Quais são as principais questões das Orientações MINCE?

Os serviços oferecidos pelas organizações responsáveis pela prestação de serviços a pessoas com deficiência deverão ser alargados com serviços educativos destinados às comunidades.

As organizações deverão disponibilizar os conhecimentos, as experiências e as metodologias existentes, tornando-se assim um elo entre as pessoas com deficiência intelectual severa e a sociedade. As Orientações MINCE proporcionam medidas e contributos que podem ser adaptados pelas organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência, permitindo-se assim a criação de inclusão social, de medidas individuais ou personalizadas e de medidas orientadas para a comunidade.

1.2. Quem são os grupos-alvo das Orientações MINCE?

As Orientações MINCE destinam-se a um grupo de profissionais na área da deficiência, abrangendo portanto os trabalhadores, os gestores e os executivos das organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência. As Orientações dirigem-se a pessoas que lidam com a inclusão social e a educação comunitária no seu trabalho com as ONG ou que são decisores políticos nas áreas da acessibilidade sem barreiras, participação, inclusão social ou educação comunitária.

1.3. Quem são as pessoas com deficiência intelectual severa?

Definição de Deficiência da ICF

Esta definição, proposta no *paper Towards a Common Language for Functioning, Disability and Health* pela Internacional Classification of Functioning, Disability and Health (ICF), é o modelo biopsicossocial oficialmente adotado pelos estados-membros da

WHO em 2001.

A deficiência é vista como o resultado de interações entre as condições de saúde e os fatores de contexto, fatores ambientais externos tais como atitudes sociais, características arquitetônicas e estruturas jurídicas e sociais, para além de características pessoais como o género, a idade, estilos de *coping*, as origens sociais, a educação e a profissão, etc. A deficiência implica disfunções em termos de funções fisiológicas e psicológicas, distúrbios (desvio significativo ou perda de funções corporais), atividade (tarefas ou ações individuais), o envolvimento em situações da vida quotidiana e fatores ambientais associados a parâmetros físicos, sociais e relacionados com as atitudes.

No seguimento da necessidade duma mudança de paradigma destinada a promover a inclusão, o projeto MINCE refere-se ao modelo de deficiência que é definido pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD na sigla inglesa).

Definição utilizada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foram os oito objetivos internacionais para 2015, estabelecidos com base na Cimeira do Milénio das Nações Unidas em 2000, após a adoção da Declaração do Milénio das Nações Unidas.

Na “UNCRPD, a ‘deficiência’ não é definida numa base individual, mas sim através dum modelo ecológico em que a deficiência é vista como um conceito em evolução que reflete a interação entre o indivíduo e o comportamento social e o ambiente físico, económico e político que dificulta a participação plena e equitativa das pessoas com deficiência na sociedade” (Nações Unidas, 2011).

A Rede *PMLD* (Rede de Apoio a Pessoas com Deficiências de Aprendizagem Múltiplas e Profundas) é um grupo de pessoas comprometidas com a melhoria da vida das crianças e adultos com deficiências de aprendizagem múltiplas e severas.

“Não são as diferenças que nos separam. É a nossa incapacidade de reconhecer, aceitar e celebrar essas diferenças.” (Audre Lorde 1986)

Definição da Rede PMLD

“As crianças e os adultos com deficiência intelectual profunda têm mais do que uma deficiência, sendo a mais importante uma incapacidade severa de aprendizagem.” Todas as pessoas que tenham uma deficiência intelectual profunda terão grandes dificuldades de comunicação. Muitas dessas pessoas terão deficiências sensoriais ou físicas adicionais, com necessidades complexas de cuidados de saúde ou problemas de saúde mental. Todas as crianças e adultos com deficiência intelectual profunda e multideficiência irão necessitar de níveis elevados de apoio na maioria dos aspetos da vida quotidiana” (Rede PMLD).

A diversidade nas pessoas com deficiência intelectual severa

Quando se fala de pessoas com deficiência intelectual severa, no contexto da inclusão social, significa reconhecer que o género, as capacidades, a cultura e a classe social, a etnia, a língua, a religião, a sexualidade e a estrutura familiar são, para além das capacidades individuais, características importantes dos indivíduos em causa.

Alguns destes aspetos deverão ser considerados no contexto inter-relacional, o que significa que as características que se sobrepõem, como a deficiência e o género ou a etnia, podem levar a formas particulares de discriminação social.

O trabalho com o grupo-alvo exige o reconhecimento e o respeito pela diversidade, uma vez que este processo deverá influenciar o apoio que é dado para que a inclusão se concretize.

A consciência da diferença e da diversidade assegura a capacitação das pessoas com deficiência intelectual severa para agir contra os estereótipos e a discriminação.

1.4. Qual foi o processo de desenvolvimento das Orientações MINCE?

As Orientações MINCE começaram a ser desenvolvidas no início do projeto com a realização de reuniões de grupos focais, de profissionais que prestam serviços a pessoas com deficiência, em cada um dos países parceiros. Nestes grupos focais estiveram envolvidos 65 profissionais de diferentes serviços (*v.g.*, *workshops*; apoio domiciliário; serviços ocupacionais; serviços de cuidados continuados) e com conhecimentos multidisciplinares (*v.g.*, assistentes sociais; psicólogos; fisioterapeutas; terapeutas ocupacionais e gestores).

Estes cuidadores profissionais focaram o seu trabalho nos conhecimentos e nas ferramentas de que os profissionais da área da deficiência precisam para agir como promotores de inclusão social.

O segundo elemento importante no desenvolvimento das Orientações é a inclusão dos mediadores de pares neste processo. Foram organizados, em todos os países parceiros, grupos focais compostos por pessoas com deficiência intelectual. Os participantes constituíam um grupo diversificado de pessoas, algumas delas com alguma experiência na autorrepresentação. Os participantes destes grupos focais trabalharam o conceito da mediação de pares. Uma parte essencial do trabalho realizado pelos



grupos focais foi a reflexão e debate da sua própria situação em relação às abordagens à comunidade, bem como o debate da experiência que tinham ganho e das experiências mencionadas por outras pessoas com deficiência.

A terceira parte da aquisição de conhecimentos e competências foi uma recolha de dados qualitativos em todas as organizações parceiras. Foi distribuído um questionário aos profissionais de vários níveis em organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência (diretores, gestores, executivos e profissionais com diferentes contextos educacionais). Foram recolhidos, em todos os países parceiros, modelos adicionais de boas práticas para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual severa. O questionário centrou-se nas necessidades e nas medidas necessárias para uma inserção bem-sucedida de pessoas com deficiência intelectual severa; na cooperação possível entre as organizações que prestam cuidados a pessoas com deficiência e a comunidade; no contributo que as organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência têm de dar para ter êxito no processo de inclusão e nos fatores de ligação entre a comunidade e estas organizações.

A close-up photograph of a woman with short brown hair and glasses, wearing a white top with a green and black geometric pattern. She is holding a black microphone and appears to be speaking. In the background, another person with long brown hair and red-rimmed glasses is partially visible, looking towards the speaker. The background is a plain, light-colored wall.

**Quadro Jurídico para
a Inclusão Social
das Pessoas com
Deficiência Intelectual
Severa**

2. Quadro Jurídico para a Inclusão Social das Pessoas com Deficiência Intelectual Severa

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pela União Europeia em 2010, pretende promover, proteger e garantir o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, promovendo o respeito pela sua dignidade inerente (cf. Art.º 1). A inclusão social, sendo um dos princípios orientadores da Convenção, está incorporada em vários artigos. Os artigos mais importantes na promoção da inclusão social são:

Art.º 9: Acessibilidade.

Art.º 12: Reconhecimento da igualdade perante a lei.

A igualdade perante a lei é um direito essencial das pessoas com deficiência intelectual, visto focar-se nas áreas nas quais as pessoas com deficiência intelectual ainda enfrentam restrições.

As pessoas com deficiência intelectual severa são afetadas por regimes de tomada de decisão substitutiva e pela negação da capacidade jurídica.

O Art.º 12 apresenta os padrões que orientam o apoio dado às pessoas com deficiência no exercício dos seus direitos. Este apoio tem de respeitar os direitos, necessidades e preferências das pessoas com deficiência e nunca deverá constituir um substituto do processo de tomada de decisão.

Isto significa que as pessoas com deficiência deverão ser capacitadas para escolherem um ou mais indivíduos de apoio ao exercício da sua capacidade jurídica. O apoio ao exercício da capacidade jurídica significa a melhoria da acessibilidade para as

peessoas com deficiência ou o desenho universal, bem como a utilização dos meios de comunicação para oferecer mecanismos de planeamento avançados às pessoas com deficiência.

O Artigo 12 está fortemente ligado ao exercício pleno e efetivo dos outros direitos humanos, garantido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: o direito de acesso à justiça (Art.º 13), o direito à liberdade e à segurança (Art.º 14), o direito à vida independente e à inclusão na comunidade (Art.º 19), o direito à liberdade de expressão (Art.º 21), o direito ao respeito pelo lar e pela família (Art.º 23), o direito a um sistema educativo inclusivo em todos os níveis de ensino e à aprendizagem ao longo da vida (Art.º 24), o direito a desfrutar do mais elevado padrão de saúde sem discriminação baseada na deficiência (Art.º 25) e o direito ao voto e à elegibilidade eleitoral (Art.º 29) (cf. Nações Unidas 2014).

Art.º 13: Acesso à justiça.

Art.º 19: O direito à vida independente e à inclusão na comunidade.

Relativamente às pessoas com deficiência intelectual severa, o artigo abrange duas áreas importantes.

O direito a uma vida independente refere-se às preferências individuais dum indivíduo em termos de residência e padrões de vida. Neste contexto, o artigo 19 abrange também o direito ao apoio individualizado.

A inclusão na comunidade implica dimensões sociais como a interação social e as relações comunitárias.

É comum pensar-se que as pessoas com deficiência intelectual severa são incapazes de viver fora dum enquadramento institucional. O artigo 19 reclama inequivocamente o direito à vida independente e à

inclusão na comunidade, independentemente das necessidades de apoio ou da capacidade intelectual. A acessibilidade dos serviços e instalações comunitários normalmente utilizados por todos os membros da comunidade têm de ser particularmente sensíveis às exigências de grupos de pessoas com deficiência que ali vivem (cf. Comité sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2017).

Art.º 23: Respeito pelo lar e pela família.

Art.º 24: Educação.

Art.º 25: Saúde: As pessoas com deficiência têm direito a desfrutar do mais elevado padrão de saúde sem discriminação baseada na sua deficiência.

Art.º 27: Trabalho e emprego.

Art.º 29: Participação na vida política e pública.

A fim de seguir as normas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Comissão Europeia adotou a *Estratégia para a Deficiência (2010-2020)*. Esta estratégia irá promover a inclusão ativa e a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade. Esta estratégia para a deficiência está concentrada em oito princípios:

- **Acessibilidade** torna os bens e serviços acessíveis às pessoas com deficiência e promove o mercado das tecnologias de assistência.
- **Participação** garante que as pessoas com deficiência gozam de todos os benefícios da cidadania da UE e visa eliminar os entraves à igualdade de participação na vida pública e nas atividades de lazer e serviços comunitários de qualidade.
- **Igualdade** foca-se no combate à discriminação

com base na deficiência e na promoção da igualdade de oportunidades.

- **Emprego** traduz-se no aumento das oportunidades de emprego no mercado de trabalho.
- **Educação e formação** constituem a promoção da educação inclusiva e da aprendizagem ao longo da vida para as pessoas com deficiência.
- **Proteção social** inclui enfrentar os desafios sociais com que as pessoas com deficiência se deparam, tais como a desigualdade de rendimentos, risco de pobreza e exclusão social.
- **Saúde** significa o acesso a serviços e equipamentos de saúde idênticos e confortáveis.
- **Ação externa**, enquanto promotora dos direitos das pessoas com deficiência a nível internacional.

Os princípios e os direitos são inalienáveis e indivisíveis, constituindo portanto o quadro jurídico para todas as pessoas com deficiência.

A categoria das pessoas com deficiência inclui todos os que têm deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longa duração, a qual, em conjunto com outras barreiras de natureza diversa, pode dificultar a sua participação plena e efetiva na sociedade numa base de igualdade (Art.º 1 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência).

**Critérios de
Inclusão Social**

3. Critérios de Inclusão Social

“A inclusão social significa garantir que as pessoas com deficiência intelectual têm acesso pleno e equitativo às atividades, papéis sociais e relacionamentos diretamente a par dos cidadãos sem deficiência” (Bates e Davis, 2004).

A literatura dispõe de inúmeros exemplos da definição de inclusão social. O projeto MINCE baseia o seu conceito de inclusão social no quadro legal da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e numa definição fácil de se entender:

“A inclusão social significa garantir que as pessoas com deficiência intelectual têm acesso pleno e equitativo às atividades, papéis sociais e relacionamentos diretamente a par dos cidadãos sem deficiência” (Bates e Davis, 2004). No que diz respeito às organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência, esta definição inclui a necessidade de

- o aumentar o acesso (identificação e remoção dos obstáculos físicos e comunicacionais)
- o influenciar as atitudes da comunidade.

Para além disso, é necessário

- o estabelecer princípios estratégicos inclusivos nas organizações
- o e desenvolver práticas organizacionais inclusivas (cf. Booth *et al.*, 2002).

Os seguintes critérios de inclusão social foram comumente definidos por profissionais e pessoas com deficiência intelectual no projeto MINCE. Devido às necessidades globais do grupo-alvo, estes critérios referem-se às circunstâncias particulares da vida das pessoas com deficiência intelectual severa, bem como aos critérios gerais para a inclusão social.

O acesso a atividades e serviços comunitários está garantido

- o Os obstáculos físicos estão identificados e removidos.

- o A utilização de ferramentas e apoios inovadores destinados à mobilidade de cada indivíduo está garantida.
- o Estão disponíveis serviços de transporte adequados para se chegar às atividades e equipamentos comunitários.
- o A existência de elevadores, rampas e portas automáticas é um dado adquirido em todos os serviços comunitários.
- o A comunicação está livre de obstáculos.
- o É fornecida tecnologia de comunicação assistida a todos os indivíduos (v.g., computador dotado de voz, dispositivo emissor de voz, etc.).
- o A comunicação adequada com cada pessoa (comunicação aumentativa e alternativa) é parte natural do serviço prestado.
- o São conhecidas e apreciadas as diferentes formas de comunicação.
- o Estão disponíveis materiais de leitura fácil.

A organização dispõe de princípios estratégicos inclusivos

- o Os gestores e os profissionais partilham a mesma ideia de inclusão social.
- o É consensual a ideia de que uma organização que presta serviços a pessoas com deficiência tem de contribuir para a sociedade, para além de executar as respetivas tarefas de prestação de serviços.
- o Os serviços destinados às pessoas com deficiência estão localizados no meio das comunidades.
- o Os gestores e os profissionais assumem a

tarefa de lutar contra os obstáculos à inclusão social.

- o A interação social e as relações interpessoais são altamente valorizadas no trabalho com as pessoas com deficiência.
- o A diversidade é acolhida e valorizada.

A organização desenvolve práticas inclusivas

- o As atividades de lazer como o desporto, bem como as atividades religiosas ou culturais, são sensíveis à diversidade das escolhas e origens das pessoas.
- o Os projetos de inclusão são planeados a nível local.
- o A conceção dos serviços é orientada pelo bem-estar das pessoas com deficiência intelectual severa. O foco está no seu bem-estar em sociedade.
- o Todas as pessoas com deficiência são incentivadas a indicar preferências.
- o As preferências e opções das pessoas com deficiência intelectual severa são respeitadas, apoiando-se a respetiva realização pessoal.
- o Promovem-se as atividades que decorram das competências e talentos (por exemplo, as artes e o artesanato).
- o Há uma boa colaboração com os pais de pessoas com deficiência intelectual severa.
- o Os pais são envolvidos na construção de pontes com a comunidade.
- o A opção individual no sentido de mais independência é promovida e consistentemente apoiada pelos cuidadores.
- o A organização responsabiliza-se pela

“Quando se é uma pessoa com deficiência intelectual severa, tem de se esperar seis meses para se marcar uma consulta no dentista” (um profissional de uma organização que presta serviços a pessoas com deficiência, 2017)

disseminação das informações relativas aos serviços comunitários e às atividades disponibilizadas pela comunidade.

- o A própria organização está de portas abertas à comunidade.
- o São estabelecidas parcerias com outros serviços comunitários.
- o Os profissionais estão abertos a soluções menos convencionais.
- o Os profissionais são treinados para agir como mediadores sempre que existam comportamentos difíceis por parte de pessoas com deficiência intelectual severa.

As atitudes na comunidade são moldadas por valores e objetivos inclusivos

- o A comunidade está claramente ciente da importância da igualdade e da não discriminação.
- o O sistema de saúde está acessível a pessoas com deficiência intelectual severa, incluindo nos programas de prevenção.
- o As pessoas com deficiência intelectual severa são reconhecidas e protegidas por lei.
- o O sistema de ensino está aberto à diversidade.
- o As pessoas da comunidade sabem que as pessoas com deficiência intelectual severa têm competências e conhecimentos.
- o As pessoas da comunidade estão preparadas para entrar em contacto e comunicar com as pessoas com deficiência intelectual.
- o A comunidade está informada acerca das necessidades das pessoas com deficiência intelectual severa.

**Critérios de
Inclusão Social e
de Educação
Comunitária**

4. Critérios de Inclusão Social e de Educação Comunitária

“A Educação Comunitária é constituída pela educação e a aprendizagem enraizadas num processo de capacitação, justiça social, alteração, desafio, respeito e consciência coletiva. Tem lugar no interior da comunidade e é pertença dessa mesma comunidade, refletindo a evolução das necessidades dos indivíduos e a respetiva localização. Reforça a capacidade das comunidades locais para se comprometerem com o desenvolvimento de respostas à desvantagem educativa e estrutural e de tomarem parte no processo de tomada de decisão e de definição de políticas.” (AONTAS, 2004)

O foco principal do projeto MINCE é o desenvolvimento da educação comunitária como modelo de aprendizagem social, para que se torne um modelo de Educação Comunitária Inclusiva.

As organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência – enquanto representantes do grupo-alvo de pessoas com deficiência intelectual severa – estão encarregadas do fortalecimento das capacidades das comunidades e dos respetivos serviços em termos do encorajamento da inclusão social. A inclusão social significa “o acesso pleno e equitativo às atividades, papéis sociais e relacionamentos diretamente a par dos cidadãos sem deficiência” (Bates e Davis, 2004). No próximo subcapítulo iremos debater as estratégias de *Sensibilização*; no subcapítulo 4.2 iremos abordar a questão da *Acessibilidade*. A acessibilidade será dividida em dois subtópicos de inclusão social.

O primeiro tópico é *Acessibilidade Prática para Prestadores de Serviços*; o segundo é *Acesso Individual – Encontros na Comunidade*.

4.1. Sensibilização – Influenciar Atitudes na Comunidade

As organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência têm um papel fundamental na diminuição dos estereótipos e *clichés* que caracterizam o retrato comum das pessoas com deficiência intelectual severa. Esse objetivo está claramente afirmado no art.º 8 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

“Sensibilização

1. Os Estados Partes comprometem-se a adotar medidas imediatas, efetivas e apropriadas para:
 - a) Sensibilizar a sociedade, incluindo a nível familiar, relativamente às pessoas com deficiência e a fomentar o respeito pelos seus direitos e dignidade;
 - b) Combater estereótipos, preconceitos e práticas prejudiciais em relação às pessoas com deficiência, incluindo as que se baseiam no sexo e na idade, em todas as áreas da vida;
 - c) Promover a sensibilização para com as capacidades e contribuições das pessoas com deficiência.”

A educação comunitária, entendida como sensibilização e redefinição de atitudes, tem de criar oportunidades de aprendizagem para os indivíduos, bem como para as diferentes autoridades públicas, prestadores de serviços e outros serviços comunitários.

“Gostava que a Lebenshilfe se mostrasse comprometida com os direitos humanos, não só na sua própria organização, mas também na comunidade.” (David Formayer, cliente da Lebenshilfe SD, Graz)

As pessoas são geralmente definidas pelas suas identidades, pelos seus próprios valores e atitudes e pelas condições sociais.

A compreensão das diferenças e dos respetivos efeitos, a visão das semelhanças e a interação com a diversidade humana exigem um compromisso contínuo com os direitos humanos e a diversidade de conceitos, bem como uma reflexão crítica de certas atitudes (cf. Murray *et al.*, 2006). A parceria MINCE recolheu os seguintes critérios para a sensibilização:

- o Prestação regular de formação para a sensibilização centrada em estratégias de envolvimento e comunicação com pessoas com deficiência intelectual e destinada aos prestadores de serviços públicos, tais como a polícia local, os prestadores de cuidados de

saúde e as autoridades locais.

- o Prestação de educação e formação comunitárias destinadas aos vários membros das empresas e comunidades, tais como proprietários de lojas, condutores de autocarros, pessoal dos aeroportos e funcionários dos restaurantes.
- o Organização de *workshops* sobre a diversidade e os direitos humanos nas escolas e instituições de ensino para adultos.
- o Organização de campanhas nos meios de comunicação.
- o Apresentação de histórias de vida das pessoas com deficiência intelectual severa.
- o Instrução destinada à comunidade local sobre como melhorar a vida das pessoas com necessidades especiais.
- o Organização dum dia da comunicação criativa (tornando possível a aprendizagem de diferentes métodos de comunicação apresentados por pessoas com deficiência severa e seus pares).
- o Promoção de estratégias de inclusão, tais como a organização de eventos.
- o Organização de atividades públicas (teatro, artes e artesanato) que envolvam a participação de pessoas com deficiência intelectual severa e membros da comunidade, a fim de se concentrarem sobre o talento das pessoas com deficiência.

Exemplo de boas práticas

Boas Práticas

Implementação de organização: Centro de dia
“Mali dom – Zagreb”



<http://www.malidom.hr>

Redefinição de atitudes na comunidade

“Zakaj volim Zagreb” (Por que amo Zagreb) é um projeto educativo desenvolvido num currículo baseado em atividades do centro de dia para a reabilitação “Mali dom-Zagreb”. A duração do projeto foi de um ano escolar (2015-2016). Recorrendo à abordagem temática, apresentou-se uma enorme variedade de tópicos acerca da cidade de Zagreb, de formas adequadas aos diferentes canais de aprendizagem dos alunos e utilizando materiais de diferentes qualidades (visuais, auditivos, táteis, etc.).

Em conformidade com as necessidades educativas e de reabilitação dos nossos estudantes, os conceitos foram introduzidos através de modalidades multissensoriais que ajudaram a compreender as experiências e a adquirir vários conceitos. Os apoios e os alojamentos foram implementados em termos de comunicação e aprendizagem, utilizando diferentes *meios* como artes e música e incorporando objetivos funcionais de diferentes áreas do desenvolvimento: comunicação, aprendizagem, integração sensorial, função motora. A unidade foi implementada por um professor de educação especial, um terapeuta ocupacional, um arte-terapeuta e um profissional de apoio.

As atividades foram realizadas duas vezes por semana e compostas por uma parte didática seguida dum *workshop* criativo sob a supervisão dum arte-terapeuta. Os estudantes executaram diferentes *layouts* representando a cidade de Zagreb e utilizando materiais como cola, papel, lápis, etc. Também escreveram histórias pessoais e de leitura fácil sobre o bairro em que viviam. No fim do ano, o trabalho foi

exibido durante um mês inteiro na biblioteca local – o mês em que se celebrou o *Dia da Cidade de Zagreb*. O grupo-alvo foram crianças com deficiência intelectual severa e necessidades intelectuais, sensoriais, motoras e de comunicação muito complexas. Os alunos diretamente envolvidos no projeto tinham entre 11 e 16 anos de idade. O projeto foi desenvolvido como parte dum currículo da Mali dom-Zagreb, destinado a ligar os diferentes ambientes em que as crianças viviam e utilizavam serviços de cuidados de saúde a pessoas com deficiência.

O projeto foi apoiado por bibliotecários e decisores políticos do Gabinete de Políticas Sociais da cidade de Zagreb. Foi igualmente apoiado por voluntários e estudantes da Faculdade de Ciências Sociais de Zagreb que ajudaram na transição entre os diferentes locais nos quais os projetos foram expostos.

Os principais métodos utilizados neste projeto foram:

- o Desenho universal na abordagem à aprendizagem
- o Modos multissensoriais de representação
- o Participação ativa de cada aluno
- o Experiências significativas
- o Objetivos funcionais, ecológicos e de desenvolvimento
- o Terapia pela arte

Os produtos finais foram exibidos numa exposição na biblioteca local (maio de 2016). A ideia de expor na biblioteca nasceu durante um dos passeios comunitários dos nossos alunos à biblioteca local. Esta biblioteca é frequentemente palco de exposições de diferentes organizações e durante a nossa visita falámos deste nosso projeto. Propusemos exibir o

nosso trabalho no mês de maio, durante o qual se celebra o Dia de Zagreb. A exposição durou um mês e os visitantes da biblioteca tiveram a oportunidade de conhecer e informar-se acerca das pessoas com deficiência severa e o trabalho que estas executam. Esta colaboração também abriu as portas para projetos futuros em conjunto com a biblioteca local. O projeto educativo foi seguido de mais exposições no Festival da Igualdade de Oportunidades (maio de 2016) e na Câmara Municipal (outubro de 2016). A abordagem deste projeto abrange temas significativos e prepara gradualmente os alunos para participarem na vida da comunidade. A colaboração com a biblioteca local é estimulada e já está a decorrer o planeamento de novas exposições. Este modelo de aprendizagem de temas significativos e o processo de o trazer para a comunidade são ainda alargados com a inclusão de diferentes tópicos. Estamos atualmente a planear exposições em dois locais próximos: o ginásio local e um lar de idosos. O projeto pode ser facilmente adaptado para atender a diferentes necessidades das pessoas com deficiência severa. A parte importante é a escolha de tópicos e atividades relevantes que possam ser incorporadas em contextos da vida real. A escolha de tópicos que toquem em pontos fulcrais da comunidade, tais como bibliotecas locais, museus e eventos culturais, poderá revelar-se benéfica.

Sugestão

A Inclusion Europe desenvolveu padrões europeus para a leitura fácil. Os padrões destinam-se a informações escritas, eletrónicas, de áudio e de vídeo.
http://easy-to-read.eu/wp-content/uploads/2014/12/EN_Information_for_all.pdf

4.2. Acessibilidade e Oportunidades de Aprendizagem Conexas

O art.º 9 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência acerca da Acessibilidade pede aos

Sugestão

Acessibilidade Capito para o seu evento.

http://www.capito.eu/de/Angebote/Barrierefreie_Information/

Estados Parte que tomem as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em condições de igualdade com os demais, ao ambiente físico, ao transporte, à informação e comunicações, incluindo as tecnologias e sistemas de informação e comunicação e a outras instalações e serviços abertos ou prestados ao público, tanto nas áreas urbanas como rurais. No contexto da educação comunitária inclusiva para pessoas com deficiência intelectual severa, a acessibilidade refere-se, por um lado, ao desenho acessível dos prestadores de serviços (públicos) comunitários e, por outro lado, ao acesso individual das pessoas com deficiência intelectual severa – acesso esse que exige assistência pedagógica e valorização das relações entre os indivíduos e os membros da comunidade.

4.2.1. Acessibilidade Prática para Prestadores de Serviços

Adaptações Físicas

- o Planeamento de lugares amigáveis e acessíveis
- o Os arquitetos e engenheiros locais poderiam trabalhar em conjunto com as organizações que prestam cuidados a pessoas com deficiência, a fim de fornecer informações e *know-how* em matéria de acessibilidade.
- o Fornecimento de serviços de transporte adequados para a visita a eventos e instalações comunitárias.
- o As organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência não devem parar de fazer campanha pela existência de elevadores,

“Às vezes as pessoas querem ser boas e dão-me chocolates, mas eu não sou uma criança! Não quero que me dêem chocolate em vez de falarem comigo” (um cliente duma organização que presta serviços na

área da deficiência)

rampas e portas automáticas em todos os serviços comunitários.

Comunicação e Participação

- o Os serviços públicos e as ofertas comunitárias deverão ser tornados acessíveis através de modos e formas de comunicação diferentes e adequados.
- o Deverão ser atribuídos e disponibilizados materiais em leitura fácil.
- o As conferências e os eventos culturais ou religiosos deverão ser planeados, no que à comunicação diz respeito, de acordo com as regras de acessibilidade.

Acesso individual – Encontros na Comunidade

Uma das questões centrais no projeto MINCE para a educação comunitária é a pergunta sobre como projetar encontros bem-sucedidos entre as pessoas com deficiência intelectual severa e os membros da comunidade.

Neste contexto, foram recolhidas algumas declarações de pessoas com deficiência intelectual.

- o Deverão ser identificados lugares comunitários que sejam acolhedores e hospitaleiros.
- o Deverão ser planeados encontros comunitários e, se necessário, esses encontros deverão ser recorrentes.

“Coisas que me irritam? Quando quero comprar qualquer coisa num café e a funcionária pergunta à pessoa que me apoia o que quero beber” (um cliente duma organização que presta serviços na área da deficiência)

Os encontros deverão ser tão normais quanto possível. Uma situação normal seria a ida, por si próprio, a um supermercado para comprar uma escova de dentes. Não é, portanto, normal ir a um supermercado num grupo de várias pessoas com

deficiência intelectual severa. É muito importante criarem-se situações que permitam aos membros do grupo conhecerem-se uns aos outros. É aconselhável repetir os encontros (por exemplo, indo à mesma cafeteria), a fim de se criar uma situação familiar e reduzir a insegurança.

- o O apoio prestado deverá ser franco, compreensivo e mediador.

As interações positivas entre as pessoas com deficiência intelectual severa e os membros da comunidade exigem, em muitos casos, a assistência de um acompanhante, devido às diferentes necessidades de apoio e também de mediação entre a sociedade e a pessoa com deficiência, em caso de confusão de um ou de ambos os lados (cf. Fischer, 2010). Em termos de educação comunitária, uma das tarefas dos assistentes é de natureza pedagógica. Isto requer competências e ferramentas adicionais e é por isso que o Currículo MINCE para profissionais foi desenvolvido. Esta ferramenta pode ser usada para garantir que os profissionais ajam como promotores de inclusão comunitária, definindo o nível mínimo de conhecimentos necessários para tal.

- o Os membros da comunidade aprendem a empatizar e a respeitar as outras pessoas.

Os encontros tornam possível o trabalho ativo com as suas próprias percepções, eventuais preconceitos e estereótipos e aumentam a capacidade de reagir de forma empática em situações pouco habituais. Estas experiências de aprendizagem precisam de ser suportadas por esclarecimentos ou informações dadas pelas organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência.

- o Os atos de comunicação são reconhecidos.

Sugestão

A Carta de Direitos de Comunicação:

A Carta de Direitos foi redigida pela American Speech and Hearing Association em 1992. Para obter mais informações, consulte o *website*: www.asha.org/njc

- o O respeito e a dignidade são a abordagem básica na comunicação.
- o As pessoas são abordadas diretamente e não através de quem presta serviços ou outras pessoas.
- o As pessoas não são mencionadas na terceira pessoa quando estiverem presentes.
- o Deverão ser aceites os limites definidos pelas pessoas com deficiência intelectual severa (consultar a Carta de Direitos de Comunicação, 1992).

As pessoas com deficiência intelectual severa são um grupo diversificado de indivíduos com desejos e escolhas diversificadas no que diz respeito à sociabilidade. Os limites na vontade de interagir com outras pessoas devem ser aceites pelos prestadores de apoio e pelos membros da comunidade.

Boas Práticas

Exemplo de boas práticas



Organização responsável pela implementação: Mobile Services, Lebenshilfe für Menschen mit Behinderung Seelze e.V.

www.lebenshilfe-seelze.de

A inclusão num centro de juventude

O projeto é uma Iniciativa do serviço móvel de apoio à família. Teve início em março de 2017 e tem lugar uma vez por semana.

Há uma atividade regular de lazer oferecida no centro de juventude Bau Hof (<http://www.bau-hof.de/>).

O Bau Hof proporciona inúmeras atividades, tais como cuidar de animais (pôneis, cabras, coelhos, etc.), construir cabanas, uma área de escalada, um jardim com cordas, instalações de artes e artesanato, um café, uma sala de concertos, uma cozinha comum

para doces e salgados, *workshops* de investigação para experiências e uma sala de leitura.

Um grupo de pessoas com deficiência intelectual da Lebenshilfe junta-se com regularidade às atividades de outros jovens e crianças. Os jovens encontram-se para almoçar nas instalações da Lebenshilfe e, em seguida, vão para o Bau Hof juntos. Para deixar os recém-chegados mais confortáveis e garantir que as outras crianças não são surpreendidas por eles, a Lebenshilfe começou com um pequeno grupo de crianças. O objetivo final é que cada criança, independentemente da sua deficiência, seja capaz de se juntar ao Bau Hof sem ser discriminada.

Começar-se com um pequeno grupo, de modo a que as crianças com deficiência não sejam vistas como estranhas e diferentes, é um elemento importante deste exercício. As instalações do centro de juventude Bau Hof oferecem muitas atividades diferentes, para que todos possam encontrar algo de que gostem.

A photograph of a man with dark hair and a beard, wearing a tan jacket over a striped shirt, speaking into a microphone. He is seated at a table with a glass of water in front of him. In the background, another man with glasses is visible, looking towards the speaker. A blue circular graphic with white text is overlaid on the bottom right of the image.

**Medidas e Contribuição
das Organizações
que Prestam Serviços
a Pessoas com
Deficiência**

5. Medidas e Contribuição das Organizações que Prestam Serviços a Pessoas com Deficiência

Quando se discute a inclusão social de pessoas com deficiência intelectual severa, está-se a falar de um grupo-alvo que está em risco de não ser plenamente tido em conta no debate acerca da inclusão e participação social. Embora a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aborde claramente “a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, incluindo aquelas que desejam um apoio mais intenso” (Preâmbulo, alínea j), as diversas realidades ainda divergem frequentemente. Essas realidades dependem de vários parâmetros, alguns dos quais são estruturais, sociais ou sociopolíticos. As organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência – enquanto representantes do grupo-alvo de pessoas com deficiência intelectual severa – são desafiadas a posicionar-se e agir entre prioridades que podem mesmo estar em conflito umas com as outras. O papel e a verdadeira função das organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência estão em constante mudança, um fenómeno descrito na secção 5.1. As duas estratégias-chave na gestão dos desafios colocados ao grupo-alvo de pessoas com deficiência intelectual severa são constituídas por medidas centradas na pessoa e orientadas para a comunidade (Seifert, 2012). Estas estratégias serão analisadas nas secções 5.2, 5.3. e 6.1. das orientações.

5.1. O Papel e a Função das Organizações que Prestam Serviços a Pessoas com Deficiência na Comunidade

Em todos os países europeus, os cuidados e a assistência prestada a pessoas com deficiência constituem uma subárea dum sistema social nacional maior e não podem ser pensados como um sistema separado. Esta integração em sistemas maiores e estruturados de prestação de serviços influencia, por sua vez, o pensamento e as ações no setor do trabalho com a deficiência, proporcionando condições de enquadramento e possibilidades de ação específica (cf. Schulte-Kemna, 2014). Neste sentido, as organizações na área do trabalho com a deficiência têm de satisfazer a procura de serviços e apoio que é juridicamente clara e benéfica para diferentes grupos-alvo. Por um lado, a sociedade como um todo, tal como as famílias, é aliviada desta responsabilidade e, por outro lado, as pessoas com deficiência têm a oportunidade de gerir a sua própria vida recebendo o apoio necessário. No entanto, deve-se considerar também que os objetivos originais das instituições (a partir do séc. XIX) eram, entre outros, tornar as pessoas com deficiência úteis para a sociedade, contrabalançar o abandono a que estavam votadas ou até mesmo proteger a sociedade da sua influência, não estando disponível apoio individual para as pessoas que viviam em instituições. Früchtel *et al.* salientam que as instituições “não se destinavam à integração, sendo pelo contrário responsáveis pela segregação” (2013a). A partir de meados do séc. XX, e a partir da Escandinávia, esta imagem começou a mudar. A

questão da participação, da normalização das condições de vida e da integração na comunidade tornou-se mais premente e associou-se aos esforços de desinstitucionalização. A desinstitucionalização não significa a abolição das atuais organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência; o conceito tem como objetivo a alteração da compreensão que essas organizações têm das suas próprias funções (cf. Aselmeier, 2004). Está a decorrer uma mudança de paradigma, do apoio institucionalizado para o apoio orientado para a comunidade e “profissionalmente, há uma passagem dos serviços genéricos para os apoios individualizados, uma ênfase na autodeterminação e auto-orientação e uma necessidade expressa de práticas baseadas em evidências” (Schalock/Verdugo, 2012).

Foram feitas alterações no seio das organizações pelo menos desde a adoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (a base jurídica da inclusão), alterações essas que resultam numa mudança do foco destas para a inclusão dos seus clientes. Isto exige uma nova compreensão dos papéis, a qual já não incide apenas sobre as pessoas com deficiência, mas leva também em conta o ambiente social e as respetivas possibilidades e integra a sociedade, enquanto tal, no processo de inclusão.

A inclusão tem duas dimensões que estão intimamente relacionadas. Por um lado, a dimensão normativa está refletida na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: as pessoas com deficiência têm o direito de participar e a sociedade deve lidar, não apenas com a diversidade que ela implica, mas também ativamente reconhecer a dignidade e a autonomia

As organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência deverão ser também “prestadores de serviços dos empregadores, administrações, clubes, etc., locais, a fim de os assistirem na abertura das respetivas organizações às pessoas com deficiência” (Speck, 2013).

“No contexto da inclusão, o sucesso da instituição será medido pela forma como esta consegue devolver a responsabilidade à sociedade e/ou ao espaço social concreto [a comunidade mais próxima] e deixá-la lá” (Speck, 2013).

próprias das pessoas com deficiência. Por outro lado, temos a dimensão operativa da inclusão, ou seja, o sistema de serviços estruturado que garante um apoio centrado na pessoa e orientado para a comunidade. Neste caso, é necessário alargar o âmbito das tarefas atribuídas às organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência. Para além do trabalho centrado na pessoa que têm vindo a realizar ao longo dos últimos anos, estas organizações têm de se concentrar na comunidade e nos serviços que esta disponibiliza. Portanto, deverão ser também “prestadores de serviços para empregadores locais, administrações, clubes, etc., a fim de os assistirem na abertura das respetivas organizações às pessoas com deficiência” (Speck, 2013). As tarefas e as competências podem ser facilmente derivadas desta dimensão e já estão bem desenvolvidas para pessoas com dificuldades de aprendizagem ou deficiência ligeira. No que diz respeito ao grupo-alvo MINCE (as pessoas com deficiência intelectual severa), ainda existe uma necessidade que precisa de ser suprida. Desse facto resultam consequências inevitáveis, quer ao nível das organizações, quer dos seus profissionais. O lado dos profissionais foi tido em conta no desenvolvimento do Currículo MINCE para profissionais, no qual se incluíram¹ essas novas dimensões e novos desafios, resumidos nas orientações na secção 4.2. A primeira parte da presente orientação está centrada no nível organizacional, embora os profissionais desempenhem um papel essencial na implementação das ideias e exemplos

¹ Para obter mais informações e descarregar materiais associados, dirija-se ao sítio Internet do projeto MINCE: www.mince-project.eu

apresentados.

Na perspectiva das organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência, podemos dizer que “no contexto da inclusão, o sucesso da instituição será medido pela forma como esta consegue devolver a responsabilidade à sociedade e/ou ao espaço social concreto [a comunidade mais próxima] e deixá-la lá” (Speck, 2013).

Neste sentido, uma das principais tarefas futuras das organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência será a de contribuir para o desenvolvimento duma cultura inclusiva numa sociedade inclusiva, na qual os serviços sociais estarão abertos às pessoas com deficiência e, por outro lado, as ofertas especializadas para pessoas com deficiência se interligam com as ofertas orientadas para a comunidade (cf. Theunissen, 2006).

Como podem estas organizações prestar mais e melhores serviços à comunidade e qual é o apoio que podem dar à comunidade para que esta torne os seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência intelectual severa? Como podem estas organizações contribuir para o desenvolvimento de culturas inclusivas?

5.2. Networking Comunitário pelas Organizações que Prestam Serviços a Pessoas com Deficiência

Uma vez que a tarefa inicial destas organizações é cuidar e apoiar as pessoas com deficiência, elas não são, por si sós, especialistas na promoção da inclusão social das pessoas com deficiência intelectual severa.

Estas organizações e as pessoas que nelas trabalham são agentes no processo de inclusão social. Mas a inclusão ocorre como um processo de reciprocidade entre o indivíduo e a sociedade, o qual só pode ser bem-sucedido desde que haja este intercâmbio. Existe assim uma forte necessidade de cooperação e de *networking* no seio da comunidade mais próxima, a fim de se concretizar a inclusão, o que demora mais tempo e tem de ser visto como um processo a longo prazo. Como podem estas organizações construir uma rede sustentável no interior e em conjunto com a comunidade?

- o Procurando interesses e oportunidades comuns dentro da comunidade.
- o Participando em projetos e eventos na comunidade.
- o Oferecendo *workshops* centrados na sensibilização para estas problemáticas.
- o Cooperando com as organizações da comunidade nas questões da acessibilidade das estruturas arquitetónicas e das oportunidades.
- o Oferecendo cursos de formação para os profissionais e agentes públicos, centrados na inclusão social de pessoas com deficiência intelectual severa.
- o Organizando reuniões informativas comunitárias.
- o Trabalhando com as instituições, para alterar o apoio que estas disponibilizam às pessoas com deficiência intelectual severa.
- o Envolvendo voluntários no seu trabalho diário.
- o Cooperando com instituições pedagógicas, tais como escolas, universidades e centros de educação para adultos, na forma de projetos

mas também de estágios.

- o Formando pessoas com deficiência intelectual severa e pessoas da comunidade em sessões conjuntas, no que à comunicação diz respeito.
- o Organizando “dias de porta aberta” ou de *workshops*/estúdios na organização a que pertencem.
- o Visitando eventos, lugares e organizações da comunidade que sejam comumente usados (bibliotecas, parques, ginásios, etc.).
- o Criando uma rede com as organizações que tenham objetivos semelhantes no trabalho quotidiano (por exemplo, artes, culinária, jardinagem, etc.) e organizando sítios Internet, encontros mensais, grupos de pessoas com encontros regulares, entre outros aspetos.
- o Garantindo que as organizações e as pessoas com deficiência intelectual severa organizam eventos em conjunto com outros atores da comunidade.
- o Estabelecendo projetos de colaboração.
- o Elegendo representantes das pessoas com deficiência intelectual severa que marcarão presença em assembleias municipais, nos fóruns de discussão comunitários, etc.
- o Comunicando com as autoridades locais,
- o serviços comunitários e empresários, a fim de se desenvolverem os meios que permitam a criação de empregos, estágios e participação social e na comunidade.
- o Alterando a sua rotina diária e dos modelos de trabalho – muitas atividades também são passíveis de serem desenvolvidas fora da

Exemplo de boas práticas



organização a que pertencemos.

Boas Práticas

Organização responsável pela implementação:

Cerciespinho

<https://www.cerciespinho.org.pt/index.php>

Ações de aumento da sensibilização e da inclusão

*Utilização dos recursos comunitários e abertura da
organização à comunidade*

A Cerciespinho tem vindo a implementar esta prática desde 2010. O exemplo de boas práticas consubstancia-se em duas ações:

- o Visitas guiadas à organização em dias úteis normais.
- o Atividades realizadas em contextos comunitários.

Estão envolvidos os clientes com deficiência, incluindo deficiência severa, e entidades e/ou pessoas da comunidade escolar (crianças, idosos das IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social e pessoal das diferentes organizações, políticos e decisores, empresas, representantes de entidades públicas). Os recursos são todos os locais onde a atividade seja implementada (podem ter lugar dentro da organização ou na comunidade – por exemplo, em cafés/restaurantes, museus, feiras, festividades e eventos sociais, culturais e desportivos).

A metodologia básica é a interação entre o público em geral e as pessoas com deficiência (deficiências de aprendizagem e deficiência intelectual severa), tanto no contexto da organização como nos contextos mais diversos na comunidade. Esta interação é caracterizada pela transmissão de informação sobre as especificidades das pessoas com deficiência e as

atividades necessárias existentes, de modo interativo e no contexto face a face em diferentes atividades.

As atividades em contextos comunitários são executadas tendo em conta tanto os interesses dos clientes como os objetivos de uma dada atividade.

A interação e a visibilidade pública das pessoas com deficiência em diferentes contextos são a estratégia fundamental para promover a imagem pública positiva destas pessoas bem como a sensibilização do público para esta realidade.

Ambas as ações podem ser executadas em qualquer organização, desde que disponham dos recursos humanos para tal e os profissionais estejam cientes da importância de partilhar as realidades das pessoas com deficiência intelectual severa com a restante comunidade.

5.3. Participação das Organizações que Prestam Serviços a Pessoas com Deficiência, no Desenvolvimento Distrital e Regional

Estas organizações fazem parte do ambiente local e podem, portanto, assumir a responsabilidade de participar ativamente no meio que as rodeia e no desenvolvimento da área em que se inserem. As organizações que prestam serviços as pessoas com deficiência podem contribuir para o desenvolvimento duma cultura inclusiva comunitária através de várias medidas e atividades. Podem desempenhar um papel ativo no chamado processo de interligação comunitária. A New Paths to Inclusion Network aponta para a necessidade de desenvolver estratégias que promovam a interligação entre comunidades e a criação de parcerias, oferecendo 12 “princípios de *networking* e de

parcerias bem-sucedidas” nos quais podem trabalhar em conjunto os atores das organizações em causa e a restante comunidade:

1. uma visão partilhada do que é a inclusão
2. um foco claro nas necessidades mais prementes
3. uma boa comunicação
4. nunca abdicar da cortesia e da diplomacia
5. manter a confiança e a transparência
6. criar situações nas quais todos ganhem
7. usar os pontos fortes de cada parceiro
8. coordenação e cooperação, recursos comuns, criação de novas oportunidades
9. resolução em comum dos problemas
10. respeitar o direito a discordar, atuar numa base de consenso
11. trabalhar em rede e construir relações pessoais
12. celebrar-se o sucesso

(New Paths to Inclusion Network)

Tendo em conta estes princípios, tanto as organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência como as organizações comunitárias serão capazes de cooperação com total eficácia.

A participação refere-se sempre à comunidade como um todo. A maioria das pessoas vive em conjunto das mais diversas formas. As pessoas partilham diferentes serviços, ofertas e espaços públicos. Têm, portanto, a oportunidade de se tornarem eficazes na conceção duma comunidade inclusiva que vá para além da obrigação legal que os decisores políticos têm de concretizar a inclusão.

Para criar as melhores condições para uma maior cooperação, as organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência podem definir as seguintes

medidas:

- o Treinar o pessoal das organizações em causa para que este adquira competências comunicacionais com o público.
- o Iniciar eventos ou projetos para criar experiências inclusivas destinadas a uma audiência mais alargada.
- o Identificar locais comunitários onde as pessoas se envolvam em atividades que também coincidam com o interesse de pessoas com deficiência intelectual severa e visitar esses mesmos locais com regularidade.
- o Trabalhar nas relações entre as pessoas com deficiência intelectual severa e a comunidade, para facilitar a comunicação entre estes dois polos.
- o Produzir produtos úteis e oferecer os serviços de que a comunidade necessite.
- o Participar ativamente nos ambientes sociais, contribuir para o ambiente social e entrar em contacto com as pessoas que dele façam parte.
- o Dar às equipas de profissionais mais flexibilidade na gestão do tempo, dos recursos humanos e na autonomia da tomada de decisões, no que ao trabalho orientado para a comunidade diga respeito.
- o Partilhar os recursos materiais (por exemplo, instalações, carros ou jardins) com a comunidade.

Exemplo de boas práticas



Boas Práticas

Organização responsável pela implementação:

Lebenshilfe Soziale Dienste GmbH

<http://lebenshilfen-sd.at/>

Eventos inclusivos

Produtos úteis para a comunidade

Festival das plantas em Gratkorn

Desde 2016, a Lebenshilfe Gratkorn tem vindo a organizar e a acolher um festival das plantas na primavera. Uma variedade de rebentos de plantas (manjeriço, tomates, abóboras, *courgettes*, girassóis e muitas mais) são cultivadas e tratadas num ateliê por pessoas com deficiência intelectual severa.

São convidadas a contribuir para o festival outras organizações que prestam cuidados a pessoas com deficiência que também estejam envolvidas na atividade de cuidar de rebentos de plantas.

São distribuídos, em Gratkorn e arredores, postais de convite e cartazes relativos a este evento. Para além disso, existe um *buffet* que oferece bolos e café, convidando os visitantes a permanecer e a comunicar uns com os outros. O festival das plantas foi um enorme sucesso na sua primeira realização, na qual estiveram presentes muitas pessoas da comunidade, tendo aproveitado a ocasião para comprarem plantas para os seus jardins. As pessoas da comunidade pediram ao ateliê para repetir o festival nos anos seguintes e, assim, Gratkorn tem agora planos para organizar um festival anual das plantas.

Exemplo de boas práticas



Boas práticas

Organização responsável pela implementação:

AKTYWNI – Stowarzyszenie Wspierania Aktywności

Niepełnosprawnych Intelktualnie (ATIVOS –

Associação de Apoio às Atividades das Pessoas com Deficiência Intelectual

<http://www.bazadobrychpraktyk.org.pl/practice/view/204>)

*Cooperação com outras organizações comunitárias;
neste caso, centros de assistência social*

O projeto foi concebido para apoiar as famílias com crianças com deficiência intelectual, em cooperação com centros de assistência social nos diferentes municípios da província de Podlasie. Tratou-se duma colaboração com o Specjalny Ośrodek Szkolno - Wychowawczy im. W. Kikolskiego w Białymstoku (Centro de Educação Especial Kokolskie em Białystok). O projeto foi financiado com recursos próprios do centro, financiamento nacional para a reabilitação das pessoas com deficiência (PFRON) e patrocinadores. O grupo-alvo incluiu pessoas com diferentes níveis de deficiência intelectual, mas também com deficiência intelectual severa, para além das respetivas famílias. As famílias foram selecionadas a partir dos contextos mais desfavorecidos, as quais não tinham nenhum apoio profissional para lidarem com a deficiência dos seus filhos e os problemas da vida quotidiana. De seguida apresentam-se os dados de base do projeto:

- o Foram selecionadas 20 famílias.
- o Diagnosticámos as necessidades e possibilidades da atividade social das famílias envolvidas.
- o Concebemos um programa individual para cada família.
- o Foi fornecida ajuda psicológica e terapêutica a todos os beneficiários do projeto.
- o Foram realizados *workshops* de integração que incluíram elementos retirados da área do artesanato e cuja ideia geral era promover a integração das pessoas com

deficiência na comunidade.

- o Foram organizados grupos de apoio para os membros das famílias.
- o Fornecemos informações sobre o projeto e deixámos claro aos participantes que estávamos preparados para dar conselhos.
- o Foi desenhado um programa de formação para todas as famílias, o qual incluiu uma excursão ao museu da aldeia de Wach.

Estas atividades obtiveram os seguintes resultados:

- o Os participantes aumentaram as respetivas competências sociais e de comunicação.
- o Os laços sociais entre os participantes no projeto tornaram-se mais estreitos.
- o Houve um aumento das competências práticas dos participantes (cestaria, bordados, costura, culinária, etc.).
- o Os estereótipos negativos entre adultos responsáveis pelo cuidado de pessoas com deficiência foram minimizados.
- o Os pais tornaram-se mais conscientes destas problemáticas relativamente às atividades e à socialização de crianças com deficiência intelectual severa.

Os elementos que sustentaram o desempenho das boas práticas foram, por um lado, que os formadores apoiassem as famílias no respetivo ambiente social (240 horas de intervenção) e, por outro lado, que fossem seleccionados quatro “supervisores” de entre os beneficiários, os quais executaram consequentemente atividades práticas.

Estamos francamente convencidos de que o projeto influencia a inclusão e a participação social das famílias

que têm de educar filhos com deficiência intelectual. Outro impacto previsto é que os cidadãos da província de Podlaskie fiquem mais conscientes da problemática da inclusão de pessoas com deficiência. Será dada continuação ao projeto, dependendo das necessidades dos beneficiários. O Programa Operacional Regional para a província de Małopolska obteve mais apoio destinado às famílias para o período de 2014 e 2020, bem como programas de prevenção social para as famílias com crianças com deficiência intelectual.

A photograph of a middle-aged man with grey hair, wearing a brown and grey patterned sweater, speaking into a black microphone. He is looking slightly upwards and to the right. In the background, a crowd of people is blurred, suggesting a public event or conference. A blue circular graphic with white text is overlaid in the bottom left corner.

**Medidas Relacionadas
com Questões
Pessoais ou
Individuais**

6. Medidas Relacionadas com Questões Pessoais ou Individuais

Tal como mencionámos acima, uma estratégia fundamental no caminho para a inclusão social é a adoção duma abordagem centrada na pessoa. Esta abordagem dirige-se a pessoas com deficiência intelectual severa e será analisada em pormenor no ponto 6.1. Para além disso, há outros grupos que requerem atenção no processo de inclusão social, nomeadamente os agentes responsáveis por esse processo. Entre eles, incluem-se:

- o os profissionais nesta área de saúde (analisados no ponto 6.2.),
- o as pessoas com deficiência ligeira, enquanto pares (2.3.).

As abordagens centradas na pessoa e na comunidade estão estreitamente ligadas. As afirmações seguintes dizem sempre respeito a ambas, visto que a aplicação de uma delas resulta necessariamente na aplicação da outra.

6.1. Medidas Centradas na Pessoa/Apoio da Relação com Outros Membros da Comunidade

“... já não é apenas uma questão de se saber que tipo de pessoa ‘se adequa’ a que serviço, mas sim de como poderão as pessoas implementar os seus próprios

“O planeamento centrado na pessoa implica o ajustamento dos serviços de apoio às necessidades e interesses do indivíduo, a fim de se gerar e desenvolver regimes de apoio individual – participado – que estejam tão próximos quanto possível do desejo pessoal de viver uma ‘boa vida’. Assim sendo, já não se trata apenas de uma questão de se saber que tipo de pessoa ‘se adequa’ a que serviço, mas sim de como

planos de vida.” (Seifert, 2012)

poderão as pessoas implementar os seus próprios planos de vida” (Seifert, 2012). Muitas organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência estão já a fazer o seu trabalho com base no planeamento centrado na pessoa e na orientação para a comunidade. Na maioria dos casos, o sucesso depende não só da motivação e empenho de diversas pessoas e grupos da organização em si, mas também dos elementos fora das organizações, i.e. na comunidade (cf. Seifert, 2012). Para todas as pessoas com deficiência intelectual (severa), os “graus de envolvimento nas comunidades” contêm as variáveis de “presença, encontro e participação” (Simplican *et al.*, 2014). Cada uma das três variáveis tem a sua própria importância e valor no processo de inclusão social e de participação na comunidade. Para as organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência e respetivas equipas, a questão central é o apoio que dão aos seus clientes para que estes possam atingir uma presença social e pública e participar na comunidade. Os interesses particulares deverão ser apurados e promovidos através da aplicação de métodos centrados na pessoa, sempre que sejam manifestos e nos casos em que a existência de encontros ou a participação plena na comunidade possam variar para cada cliente e para cada tema². É necessária a cooperação entre todas as partes interessadas para que haja uma implementação bem-sucedida das atividades comunitárias planeadas que envolvam pessoas com deficiência intelectual severa. Sem a motivação de todos os intervenientes, tanto

² O Currículo MINCE para profissionais desta área oferece noções, princípios e ferramentas básicos de Planeamento Centrado na Pessoa no Módulo 5. O currículo está disponível no sítio Internet do projeto em www.mince-project.eu.

dentro como fora das organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência, não é possível criar ambientes e situações nos quais a presença, o encontro e participação possam ter um lugar. Abaixo estão algumas sugestões sobre a forma de nos concentrarmos nos objetivos e interesses da pessoa, a fim de descobrirmos como e onde podemos criar relações e ligações com a comunidade:

- o Descubra as preferências do cliente com deficiência intelectual severa.
- o Descubra os lugares e situações em que a pessoa com deficiência intelectual severa possa desenvolver as suas preferências na comunidade.
- o Reconheça as diferentes formas de comunicação.
- o Ofereça formação prática na vida real.
- o Providencie atividades de lazer adequadas.
- o Prepare as pessoas com deficiência intelectual severa, levando-as a visitar, com frequência, lugares comunitários (lojas, parques, café, mercados, bibliotecas, etc.) e incluindo-as gradualmente em eventos e na vida quotidiana comunitária (da presença ao encontro e, por fim, à participação). Ao mesmo tempo, as pessoas da comunidade ficam mais habituadas a encontrar-se com pessoas com deficiência intelectual severa.
- o Descubra quem são as pessoas da comunidade que estão motivadas para contribuir para a criação de novas relações fazendo parte do “Círculo de Apoio”³.

³ <http://trainingpack.personcentredplanning.eu/index.php/de/circles>

- o Estabeleça redes pessoais que permitam que a pessoa com deficiência intelectual severa possa tomar as suas próprias decisões com o apoio da sua rede.

Exemplo de boas práticas



Boas Práticas

Organização responsável pela implementação:

CERCIGUI

<http://cercigui.pt/>

Inclusão em atividades de lazer

Projeto: Plataforma Madre Teresa de Calcutá

Atividade desenvolvida desde 2012. Atualmente, são realizadas reuniões bissemanais e estão programadas atividades para o ano inteiro. O trabalho é feito apenas com voluntários, profissionais da Organização e dirigentes do CNE (Corpo Nacional de Escutas).

A Plataforma Madre Teresa de Calcutá é um projeto-piloto nacional que visa a inclusão no escutismo das pessoas com deficiência ou com necessidades educativas especiais. Este projeto tem dois objetivos fundamentais: primeiro, trazer o escutismo, os seus ideais e as suas metodologias pedagógicas aos jovens com deficiência, tentando alcançar uma possível e desejável integração futura no grupo mais próximo da sua comunidade; segundo, oferecer aos jovens escoteiros uma oportunidade única de conhecimento, partilha e criação de vínculos afetivos com a realidade das pessoas com deficiência. Fazem parte deste projeto treze pessoas com deficiência intelectual moderada e severa. A execução do projeto apoiou-se nos seguintes elementos:

- Dinâmica de grupo
- Palestras informativas

- Reuniões
- Apresentações
- Sessões de perguntas e respostas
- Materiais diversos fornecidos pelo CNE
- Tiveram lugar vários projetos inclusivos durante todo o ano, nomeadamente:
 - o Rover Ibérico – inclusão +
 - o Intercâmbios nacionais
 - o Participação em atividades comunitárias
 - o Festivais comunitários
 - o Acampamentos

O plano é continuar com o projeto, mantendo sempre em mente a disponibilidade dos voluntários do Corpo Nacional de Escutas e da CERCIGUI, bem como de quaisquer outras entidades que pretendam ser envolvidas.

O projeto está aberto a todas as pessoas com deficiência e não só para clientes da CERCIGUI. Esta prática pode ser adotada por outros núcleos do Corpo Nacional de Escutas, envolvendo pessoas com deficiência na sua área de intervenção, bem como organizações similares.

Boas Práticas

Exemplo de boas práticas



Organização responsável pela implementação: CUDV
Črna na Koroškem

<http://www.cudvcrna.si>

Oferta de formação prática na vida real

Projeto: VOSIDIS – formação profissional
especializada para pessoas com deficiência intelectual
severa e profunda.

O VOSIDIS foi um projeto financiado pela Comissão Europeia no âmbito do projeto Leonardo da Vinci,

tendo resultado num programa-piloto de formação.

Os parceiros no projeto VOSIDIS foram o Alianta, um projeto de consultoria da Eslovénia, a Associação Búlgara de Pessoas com Deficiência Intelectual e a FENACERCI (Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social).

A curto prazo, o impacto do projeto foi dirigido à melhoria das capacidades e competências das pessoas com deficiência intelectual severa e profunda, as quais foram incluídas na formação e no processo de trabalho, e dos respetivos formadores. A longo prazo, este projeto visava incluir um número significativo de pessoas do grupo-alvo nos processos de trabalho, tendo assim um impacto notório na sua inclusão na sociedade. A formação de formadores teve lugar em 2009 na Eslovénia, Portugal e Bulgária, tendo nela participado todos os 30 formandos. A execução do programa-piloto teve lugar em Črna e estavam inscritas 9 pessoas. O grupo-alvo era constituído por pessoas com deficiência intelectual severa e profunda da Eslovénia, as quais recorriam aos serviços da CUDV Črna ou residiam em Črna na Koroškem an e tinham mais de 16 anos de idade.

Foram desenvolvidos materiais de apoio e metodologias específicas ao longo da duração do projeto, resultando num guia para a formação profissional de pessoas com deficiência intelectual severa. A conferência final e consulta aos profissionais tiveram lugar em 2010 e reuniram várias organizações, peritos e pessoas com deficiência intelectual da Eslovénia e do estrangeiro. O projeto continua a ser desenvolvido atualmente na CUDV Črna na Koroškem. As outras entidades que oferecem serviços para

pessoas com deficiência intelectual severa e/ou formação profissional e/ou apoio e desenvolvimento de ambientes de trabalho inclusivos e/ou tomam decisões relativas a políticas podem adaptar o Guia às suas necessidades. O Guia dispõe de recomendações relativas a esse processo de adaptação.

Boas práticas

Exemplo de boas práticas



Organização responsável pela implementação:

Lebenshilfen Soziale Dienste GmbH

<http://lebenshilfen-sd.at/>

Diagnóstico das preferências do cliente

Descoberta de lugares e situações em que a pessoa possa desenvolver as suas preferências na comunidade

O Sam⁴ é um homem de 38 anos de idade com deficiência intelectual severa e é cliente dum centro de dia em Graz. Gosta realmente de cães e o seu maior desejo é vir a poder trabalhar com estes animais. Foi possível apurar esta sua particularidade através da metodologia de planeamento centrado na pessoa, o que deu aos profissionais desta área uma ideia para levar a cabo novas ações concretas. Em conjunto com o Sam e o seu círculo de apoio, procuraram uma maneira de oferecer mais oportunidades ao Sam de entrar em contacto com cães. A solução foi rapidamente encontrada: agora, o Sam junta-se a um terapeuta de cães uma vez por semana, para ter formação em obediência canina.

6.2. Ações de Formação Profissional para Profissionais da Área e Pessoas de

⁴ Nome fictício.

Apoio

Os profissionais desta área são um importante grupo em termos da inclusão social de pessoas com deficiência intelectual severa, uma vez que atuam como agentes e facilitadores de inclusão. A sua formação profissional preparou-os para lidar com o dia a dia da prestação de serviços a pessoas com deficiência intelectual severa e para terem os conhecimentos necessários sobre como apoiar e quais as medidas de apoio disponíveis. Há, no entanto, uma falta de conhecimentos e competências para a adoção de medidas concretas de inclusão de pessoas com deficiência intelectual severa, embora isto seja uma exigência ética e profissional para o pessoal responsável pela prestação destes serviços. Na maioria dos casos, existem insuficiências processuais no acompanhamento de pessoas com deficiência intelectual severa na comunidade e na supervisão das etapas de inclusão. Os profissionais desta área são os primeiros a enfrentar desafios e obstáculos ao lidar com este processo. E são também os primeiros a reagir a estes desafios e obstáculos. A fim de reagir de maneira adequada a qualquer desafio que enfrentem no processo de inclusão social, devem estar preparados e treinados para o fazer. Têm de estar cientes do que a questão da inclusão social significa para o grupo-alvo de pessoas com deficiência intelectual severa e para a própria comunidade. Para este efeito, precisam de ganhar competências e aptidões adicionais, em termos da interação com as pessoas da comunidade. A lista seguinte dá algumas recomendações destinadas às aptidões e

competências destas equipas, para que estas possam lidar com as exigências, novas ou alteradas, colocadas às organizações em termos da inclusão social de pessoas com deficiência intelectual severa e o respetivo apoio aos seus funcionários:

- o Disponibilização de recursos para os profissionais, não confiando apenas no seu entusiasmo e/ou criatividade.
- o Prestação de formação adequada para as equipas que trabalham em ambientes de inclusão, para lhes dar a oportunidade de obterem as melhores competências para que esse processo seja bem-sucedido.
- o Motivação das equipas em termos da inclusão e do planeamento centrado na pessoa e orientado para a comunidade.
- o Abordagem da necessidade de existir confiança e desenvolvimento pessoal nas equipas, reunindo argumentos que convençam acerca da importância da capacitação das equipas, a fim de que estas possam, por sua vez, capacitar as pessoas com deficiência intelectual severa.
- o Dar voz aos profissionais.

O Currículo MINCE para profissionais disponibiliza sete módulos de formação que visam as principais competências de que os profissionais precisam para promover a inclusão social de pessoas com deficiência intelectual severa na comunidade⁵:

- o Enquadramento da Inclusão na Comunidade

⁵ A formação não constitui uma educação básica no campo da deficiência; tem de ser vista como um programa adicional para as pessoas que já trabalham nessa área.



- o Ética e Profissionalismo
- o Capacitação (*Empowerment*) e Defesa dos Direitos
- o Comunicação
- o Planeamento Centrado na Pessoa
- o Qualidade de Vida
- o Inclusão na Comunidade

6.3. Mediação de Pares: As Pessoas com Deficiência Ligeira como Pares

As pessoas com deficiência intelectual ligeira ou dificuldades de aprendizagem são capazes de agir como pares das pessoas com deficiência intelectual severa. Devido às suas próprias experiências, por exemplo, no que diz respeito à vivência institucional e às barreiras ou à discriminação quotidianas, as pessoas com deficiência podem perfeitamente sentir empatia com outras pessoas com deficiência nas mais diversas situações. Estas experiências são abordadas no Currículo MINCE para Mediadores de Pares⁶ e nas Orientações MINCE para Mediadores de Pares em leitura fácil, as chamadas Primeiros Passos⁷. A formação para a mediação de pares oferece às pessoas com deficiência a oportunidade de obter novas aptidões e competências em termos de representação e de defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual severa, mas também para si próprias no que diz respeito à inclusão. Os pares garantem que as

⁶ Para obter mais informações e descarregar materiais associados dirija-se ao sítio Internet do projeto MINCE: www.mince-project.eu

⁷ As Orientações para Mediadores de Pares: Primeiros Passos podem ser descarregadas a partir do sítio Internet do projeto MINCE. O livro também está disponível como audiolivro no sítio Internet: www.mince-project.eu



necessidades do grupo-alvo – as pessoas com deficiência intelectual severa – são devidamente tomadas em consideração. O projeto aborda, portanto, uma nova dimensão da (auto)representação. Os formandos ganham competências e aptidões que lhes permitem assumir um papel de mediadores entre a sociedade e os interesses e necessidades das pessoas com deficiência intelectual severa. O papel dos pares é construir uma ponte entre as pessoas com deficiência intelectual severa e a comunidade. Neste papel, são capazes de apoiar tanto as pessoas com deficiência intelectual severa como os membros da comunidade na criação de ambientes que promovam a inclusão social e a participação de pessoas com deficiência intelectual severa.

Os conteúdos da formação são:

- o Essência e princípios da mediação de pares
- o Defesa dos interesses próprios e dos das pessoas com deficiência intelectual severa
- o Comunicação e escuta ativa
- o Informação pública e privada
- o Tomada de decisões - por si próprio, por outras pessoas
- o Comunidade e participação
- o Avaliação

Por um lado, e em termos de conteúdo, as Orientações para Mediadores de Pares: Primeiros Passos têm a mesma estrutura e servem como livro destinado à formação; por outro lado, servem também como diário de aprendizagem e conjunto de ferramentas destinados aos pares quando estes estiverem a desempenhar o seu novo papel.



Resumo

7. Resumo

Enquanto que os capítulos anteriores nos deram a oportunidade de explorar os temas do projeto em profundidade, este resumo contém algumas ideias gerais que podem ser importantes para as organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência, no esforço que estas fazem para atingir a participação comunitária das pessoas com deficiência intelectual severa.

- **A inclusão social como uma noção viva e abrangente dentro da organização prestadora de serviços**

A inclusão social, enquanto princípio orientador da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, deve servir como declaração de missão para as organizações prestadoras de serviços. Para além disso, a inclusão social deve ser tomada em consideração sempre que forem criados ou adaptados quaisquer serviços ou ofertas. A inclusão social deve ter uma influência significativa no desenvolvimento duma nova cultura de diálogo entre a comunidade e as organizações prestadoras de serviços. Isto exige reflexão continuada a todos os níveis e em todas as funções e papéis no seio das organizações.

- **A inclusão e o seu carácter operativo para as organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência**

Uma vez que as pessoas com deficiência têm o direito de participar e viver em sociedade com dignidade e autonomia, o papelas tarefas destas organizações deve ser alargado para abranger a comunidade e os serviços que esta presta. É necessário auxiliar a comunidade no sentido de assegurar que esta está aberta e acessível às pessoas com deficiência intelectual (severa).

- **A educação comunitária cria oportunidades de aprendizagem**

A educação comunitária cria oportunidades de aprendizagem para os indivíduos, bem como para as diferentes autoridades públicas, prestadores de serviços e outros serviços comunitários. A compreensão das diferenças, o reconhecimento dos diferentes ambientes de vida e do respetivo impacto, bem como o reconhecimento das semelhanças existentes, requerem compromisso para com os direitos humanos,

diversidade de conceitos e reflexão. As organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência podem desempenhar um papel vital no que à educação comunitária diz respeito.

- **O acesso individual e os encontros são elementos essenciais da acessibilidade para as pessoas com deficiência intelectual severa**

As pessoas com deficiência intelectual severa podem ter dificuldade em comunicar e em agir de um modo que seja comumente aceite pela sociedade. Por conseguinte, é necessário que haja assistência pedagógica adequada e relações de respeito com os restantes membros da comunidade. A interação positiva entre as pessoas com deficiência intelectual severa e os membros da comunidade requer o auxílio duma pessoa de apoio, um “mediador” com competências e ferramentas adicionais. O projeto MINCE desenvolveu um currículo para dotar os profissionais das competências necessárias ao seu desenvolvimento.

- **Networking Comunitário**

A organização que presta serviços a pessoas com deficiência e as pessoas que nela trabalham são ambos promotores de inclusão social. Mas a inclusão só pode ser entendida como um processo de reciprocidade entre o indivíduo e a sociedade ou os membros da comunidade. O papel destas organizações neste processo é o de promover a cooperação e o *networking* comunitário, construindo assim uma rede sustentável com a comunidade.

- **Envolvimento individual na comunidade**

O avanço do envolvimento e da participação na comunidade para os indivíduos depende de muitos fatores, entre eles a motivação pessoal e familiar, a interação dos indivíduos ou grupos com as organizações desta área e também com os membros da comunidade em causa. Para as organizações e os profissionais desta área, há três passos importantes no apoio à inclusão: a presença na comunidade, os encontros comunitários e a participação ativa na vida da comunidade (Simplican *et al.*, 2014).

A concretização dessas etapas de inclusão requer a cooperação de todas as partes envolvidas, bem como a empatia e a consciência das problemáticas do cliente, a fim de se respeitar a sua vontade e os seus limites.

- **Mediação de Pares**

Devido às suas próprias experiências, por exemplo, no que diz respeito à vivência institucional e às barreiras ou à discriminação quotidianas, as pessoas com deficiência podem perfeitamente sentir empatia com outras pessoas com deficiência nas mais diversas situações. Com base nesta ideia, foi desenvolvido o modelo MINCE de mediação de pares para a inclusão social. A formação para a mediação de pares oferece às pessoas com deficiência a oportunidade de obter novas aptidões e competências em termos de representação e de defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual severa, mas também para si próprias no que diz respeito à inclusão.

As pessoas com deficiência intelectual ligeira ou dificuldades de aprendizagem são capazes de agir como pares das pessoas com deficiência intelectual severa.

Referências

AONTAS, (2004) Community Education. Obtido em:

http://www.aontas.com/download/pdf/community_ed_04.pdf

Aselmeier, L. (2008): Community Care und Menschen mit geistiger Behinderung. Gemeinwesenorientierte Unterstützung in England, Schweden und Deutschland. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften.

Bates P, Davis F. A. (2004): Social capital, social inclusion and services for people with learning disabilities. Em: Disability Society. Obtido em:

https://www.researchgate.net/publication/240512598_Social_capital_social_inclusion_and_services_for_people_with_learning_disabilities (16-5-2017)

- Booth T., Ainscow M. (2002). Index for Inclusion: Developing learning and participation in schools. Bristol, Reino Unido: Centre for Studies on Inclusive Education
- Committee on the Rights of Persons with Disabilities. Draft General Comment No5 (2017). Obtido em <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UNCRPD/Pages/DGCArticle19.aspx> (13-06 2017)
- Communication bill of rights in National Joint Committee for the Communication Needs of Persons with Severe Disabilities (NJC). Obtido em: www.asha.org/njc (16-5-2017)
- Fischer U. (2010): Bindungstheoretische Impulse für eine inklusive Pädagogik - Ansätze zur Kompetenz - und Autonomieentwicklung in der heilpädagogischen Arbeit: Zeitschrift für Inklusion, Ausgabe 01/2010; Vortrag an der Katholischen Hochschule Berlin am 06.07.09.
- Früchtel, F./Cyprian, G./Budde, W. (2013a): Sozialer Raum und Soziale Arbeit. Textbook: Theoretische Grundlagen. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften.
- Früchtel, F./Cyprian, G./Budde, W. (2013b): Sozialer Raum und Soziale Arbeit. Fieldbook: Methoden und Techniken. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften.
- Murray C, Cooke M., O'Doherty A. (2006): Diversity, Equality and Inclusion Charter And Guidelines for Early Childhood Care and Education. Dublin. Obtido em <http://aim.gov.ie/wp-content/uploads/2016/06/Diversity-Equality-and-Inclusion-Charter-and-Guidelines-for-Early-Childhood-Care-Education.pdf> [acedido a 16 de maio de 2017].
- New Paths to Inclusion Network (n.s.): Module 3: Community Development and Inclusion. Obtido em: <http://personcentredplanning.eu/index.php/knowledge-home/202-koc/multiplication-course/key-3-community-inclusion/module-3-community-inclusion> (24-05-2017).

PMLD Network: Definition factsheet: About profound and multiple learning disabilities.

Obtido em: <http://pmlldnetwork.org/PMLD%20Definition%20factsheet%20-%20standard.pdf> (16-05-2017).

Schalock, R.L./Verdugo, M.A. (2012): A Leadership Guide for Today's Disabilities Organisations. Overcoming Challenges and Making Change Happen. Baltimore: Paul H. Brooks Publishing.

Schulte-Kemna, G. (2014): Personenzentrierung, Ambulantisierung, Sozialraumorientierung, Inklusionsorientierung – und dann? Anmerkungen zur Bewältigung des Paradigmenwechsels in der Behindertenhilfe. Obtido em: <https://www.liga-brandenburg.de/Dokumentationen-2014-892029.html> (10-05-2017)

Seifert, M. (2012): Teilhabe für alle?! Strategien zur Stärkung der Teilhabechancen von Menschen mit schwerer Behinderung. Obtido em: <http://www.diakoniewerk.at/de/martinstift-symposion-2012-downloads/> (29-05-2017)

Simplican, S.C./Leader, G./Kosciulek, J./Leahy, M (2014): Defining social inclusion of people with intellectual and developmental disabilities: An ecological model of social networks and community participation. Em: Research in Developmental Disabilities, Volume 38, pp. 18–29. Obtido em: <http://www.assistid.eu/adminbackend/resources/pages/s-clifforddefining-social-inclusionridd.pdf> (29-05-2017)

Speck, A. (2013): Inklusion und organisationales Lernen. Tun wir die Dinge richtig oder tun wir die richtigen Dinge? Und wie entscheiden wir, was die richtigen Dinge sind? Em: Zeitschrift für Inklusion-online.net. Issue 2. Obtido em: <http://www.inklusion-online.net/index.php/inklusion-online/article/view/414/318> (11-05-2017)

Theunissen, G. (2006): Inklusion – Schlagwort oder zukunftsweisende Perspektive? Em: Theunissen, G./Schirbort, K. (Hrsg): Inklusion von Menschen mit geistiger Behinderung. Zeitgemäßes Wohnen – Soziale Netze – Unterstützungsangebote. Estugarda: Kohlhammer, S. 13–40.

Nações Unidas (2011): Disability and the Millennium Development Goals. A Review of the MDG Process and Strategies for Inclusion of Disability Issues in Millennium Development Goal Efforts. Nova Iorque: United Nations Publications.

Nações Unidas (2014): Convention on the Rights of Persons with Disabilities, General Comment No 1

Assembleia Geral das Nações Unidas (2016): Report of the Special Rapporteur on the rights of persons with disabilities. Obtido em:
[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/34/58\(09-06-2017\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/34/58(09-06-2017))

Lorde, Audre (1986): Our Dead Behind Us. Poems. Nova Iorque, Londres: W.W. Norton & Company Ltd.